



*Lendo Marx à luz de Marx:
a relação entre economia e política nos textos dos anos cinquenta*

Adriano Nervo Codato¹

Antes do seu ocaso como a teoria social predominante das análises inspiradas pela Historiografia, pela Filosofia, pela Economia ou pela Sociologia, a história intelectual do marxismo ocidental conheceu, no século XX, duas fases bem distintas. Sobre a primeira, Perry Anderson observou que, diferentemente do marxismo clássico, que conjugou o trabalho teórico com a atividade militante, o marxismo dos intelectuais universitários promoveu, a partir do entre-guerras, um “divórcio estrutural” entre o pensamento e a prática revolucionária, abandonando progressivamente os estudos sobre “a economia e a política pela filosofia”. A consequência mais importante dessa opção foi a primazia “do trabalho epistemológico centrado essencialmente nos problemas do método”. As discussões daí derivadas migraram para análises sobre a “estética, ou, num sentido mais lato, das superestruturas culturais” e sua “primeira expressão se deu na Alemanha, no Instituto de Investigação Social de Frankfurt”. À exceção de Gramsci, o marxismo ocidental manteve-se indiferente às questões clássicas que mobilizaram o materialismo histórico: o “exame das leis econômicas da evolução do capitalismo como modo de produção, a análise da máquina política do Estado burguês [e da] estratégia da luta de classes necessária para derrubar” esse Estado. “Durante mais de vinte anos após a II Guerra Mundial, a produção intelectual do marxismo ocidental no domínio da teoria política ou econômica – no que toca à produção de obras importantes tanto num campo como noutro – foi quase inexistente”².

Esse marxismo esotérico de filósofos profissionais, embora não tenha sido completamente substituído, ao menos teve de conviver, a partir do final dos anos 1960, com o renascimento de uma vigorosa reflexão em torno da política e da economia capitalistas. As questões relativas ao poder e ao Estado foram reintroduzidas na problemática marxista por dois trabalhos essenciais: *Pouvoir politique et classes sociales*, de Nicos Poulantzas (publicado em 1968) e *The State in Capitalist Society*, de Ralph Miliband (publicado em 1969). Nos anos setenta o tema recebeu mais um impulso a partir da polêmica entre os últimos na *New Left Review* a propósito da relação entre o aparelho do Estado, a classe economicamente dominante e a elite estatal, e dos livros de Claus Offe e Jürgen Habermas, publicados na Alemanha simultaneamente aos debates da *Escola Lógica do Capital* (conduzidos por Wolfgang Müller, Christel Neusüss, Elmar Altvater e Joachim Hirsch). Na França o estímulo veio primeiro dos estudos sobre o *Capitalismo Monopolista de Estado* (de Paul Boccara) e, em seguida, da proposição da *Teoria da Regulação* (por Michel Aglietta, Alain Lipietz, Robert Boyer e Bruno Théret)³.

¹ Professor de Ciência Política na Universidade Federal de Paraná (Brasil), coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira e Editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política* (<http://www.scielo.br/rsocp>).

² Perry Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Edições Afrontamento, 1976, p. 38, 43, 121, 46, 61 e 63, respectivamente.

³ Cf. Perry Anderson, *A crise da crise do marxismo*: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1984; Bob Jessop, *State Theory: Putting Capitalist State in its Place*. Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press, 1990; e Stanley Aronowitz e Peter Bratsis, (eds.). *Paradigm Lost. State Theory Reconsidered*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2002.



Tomando o marxismo clássico como ponto de partida, todos esses autores, em alguma medida, releeram os textos canônicos de Marx e Engels, seja para extrair uma teoria específica do Estado capitalista (Miliband), seja para construir uma teoria geral do nível jurídico-político (Poulantzas). Com graus de sofisticação variados, propuseram uma série de conceitos operacionais para compreender e explicar as relações entre o Estado e a sociedade e o Estado e a economia contemporâneos. É o caso, por exemplo, das noções de “bloco no poder” (Poulantzas), “elite estatal” (Miliband), “seletividade estrutural” (Offe), “regime de acumulação” (Lipietz), “forma Estado” (Hirsch) e “tecnologia organizativa” (Therborn). Uma das questões mais importantes e que constituiu tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada de algumas dessas formulações teóricas foi a questão da “autonomia relativa do Estado”, e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Marx tem sido celebrado como um texto canônico a propósito desse problema.

A leitura e a compreensão desse trabalho, que não é apenas um comentário sabido da política francesa de 1848 a 1851, permitiu ao marxismo avançar em muitas direções novas: no desenvolvimento de uma teoria do Estado capitalista contrária ao “instrumentalismo”, que rebaixava as complicadas ligações entre as classes economicamente dominantes e o aparelho estatal a uma relação de controle estrito do segundo pelas primeiras; na reformulação de uma teoria da ideologia contrária ao “mecanicismo”, que deduzia dos movimentos da economia a configuração e a função das superestruturas culturais; e na compreensão do problema das classes sociais contrária ao “economicismo”, que definia as primeiras exclusivamente em função da sua inserção no processo produtivo. Essa reação politicista, fundamental para repor o problema do Estado numa nova chave interpretativa, seja porque o retirou do domínio exclusivo dos estudos jurídico-constitucionais, seja porque enfatizou sua diferença do conceito de “governo” dos pluralistas, deu aos neomarxistas a oportunidade para focar o nível jurídico-político (diante do nível econômico), o aparelho do Estado (em relação à “sociedade civil”) e a prática política (frente à atividade econômica) enquanto objetos de conhecimento distintos. Além disso, essa manobra intelectual era tanto mais legítima quanto menos se ignorava (ou mais se reconhecia) a prioridade das questões políticas nas “obras históricas” de Marx⁴.

Desconfio, contudo, que essas “obras históricas” tenham passado a ser estudadas, hoje, apenas como “textos políticos”, à parte ou em contradição com a teoria marxiana *no seu conjunto*. O aspecto comum às interpretações politicistas mais contemporâneas desses trabalhos é sintomaticamente a supressão de toda menção à “economia”. Visto que os neomarxistas nunca abandonaram a perspectiva funcionalista, cujo acordo básico era justamente em torno do papel do Estado na acumulação/reprodução/dominação do capitalismo⁵, essa ausência inesperada repercute em dois campos (que mereceriam uma revisão): na interpretação “heterodoxa” que se dá do *pensamento político* de Marx; e no tipo de análise política daí resultante “inspirada” nesse marxismo depurado.

Não seria o caso de se perguntar se não foi longe demais essa (in)compreensão diante das relações entre economia e política nos comentários atuais a propósito das análises de Marx da política europeia da segunda metade do século XIX?

⁴ As “obras históricas” incluem: *A burguesia e a contra-revolução* (1848), *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* (1850), *A guerra civil na França* (1871), além de *O Dezoito Brumário*. Há ainda outros textos menos conhecidos e pouco comentados, mas igualmente importantes: *Crônicas Inglesas* (1852-1854), *Lord Palmerston* (1853), *A Espanha Revolucionária* (1854).

⁵ Como enfatizou Theda Skocpol. V. “El Estado regresa al primero plano: estrategias de análisis en la investigación actual”. *Zona Abierta*, n. 50, p. 71-122, enero-marzo 1989.

O objetivo deste ensaio é discutir um aspecto relativamente esquecido (ou às vezes explicitamente negado) a propósito de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Há, nessa série de sete artigos, escritos «sob a pressão imediata dos acontecimentos», entre dezembro de 1851 e março de 1852 (*18 Br.*, «Avant-Propos» [1869], p. 434)⁶, uma interpretação da política que é, *em essência*, solidária com a “concepção materialista da História” e com o lugar de destaque que o “econômico” ocupa no interior dessa concepção – tal como formulada no “Prefácio” de 1859 de *Para a Crítica da Economia Política*. Em termos mais simples: proponho que se leia *O 18 Brumário* à luz do “Prefácio” a fim de estabelecer em que medida os princípios teóricos anunciados de forma mais sistemática em 1859 estão presentes na análise concreta de 1852.

Nada disso é novo, certamente. Friedrich Engels notou que bastaria examinar o trabalho de Marx sobre o golpe de Estado na França para saber que mesmo num texto em que se trata “quase exclusivamente do papel *particular* desempenhado pelas lutas e acontecimentos políticos”, isso se faz, “é claro”, nos “limites de sua dependência *geral* das condições econômicas”⁷. Indagado mais tarde sobre o estatuto do “econômico”, enfatizou que o livro de Marx consistiria no melhor “exemplo prático” para pôr à prova dois problemas não triviais da explicação histórica: a relação entre *causa* e *efeito* e a relação entre *necessidade* e *acaso*. Simplificadamente, o materialismo histórico consistiria em afirmar a irrelevância das narrativas que desprezam as “condições econômicas”, assumindo, ao contrário, que “há todo um jogo de ações e reações” entre a superestrutura e a infra-estrutura e que, “em última instância”, o econômico acaba sempre por impor-se⁸.

Isso implica dizer que não há *um* “Marx” polemista, analista político ou *historiador*, cujo trabalho é inventivo, produtivo e sofisticado; e um *outro* “Marx”, o *teórico social* cujo trabalho é prisioneiro do modelo base/superestrutura e de esquemas de interpretação evolucionistas, mecanicistas e economicistas, como alegou, entre vários comentadores, Raymond Aron. Aron, que achava “as duas brochuras de Marx” – *As lutas de classe na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* – “brilhantes”, via a superioridade desses trabalhos como um desvio: “inspirado pela clarividência de historiador, Marx esquece suas teorias e analisa os acontecimentos como observador genial”⁹. Penso que ler *O 18 Brumário* à luz dessa oposição é tresler o modelo de análise histórica tal como proposto pelo marxismo clássico no “Prefácio” de 1859.

1. Teoria social e história

A partir dessa oposição simplificadora entre o Marx de 1852 e o de 1859 difundiu-se, inclusive no interior do pensamento crítico, um certo senso comum sociológico segundo o qual nesta e nas outras “obras históricas” haveria uma interpretação tributária do multideterminismo; nas obras econômicas ou de combate político (o *Manifesto Comunista*, por exemplo), uma análise prisioneira do unideterminismo. As declarações mais consistentes para sustentar essa dissociação

⁶ Para todas as citações literais do texto de Marx adotarei esta notação: (*18 Br.*, p.). Ela corresponde à paginação da tradução francesa do livro, por Maximilien Rubel. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. In: Karl Marx, *Œuvres*. Paris, Gallimard, 1994. Vol. IV, Tomo I: Politique. Bibliothèque de La Pléiade. Para diferenciar o texto d’*O 18 Brumário* de outras citações, seus trechos virão sempre entre aspas francesas. As traduções para o português são minhas.

⁷ Carta de F. Engels a Schmidt, 27 out. 1890. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d., vol. 3, p. 291, grifos do autor.

⁸ Carta de F. Engels a Starkenburg, 25 jan. 1894. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*, *ibid.*, p. 298-300.

⁹ Raymond Aron, *As etapas do pensamento sociológico*. 2ª. ed. São Paulo, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1987, p. 266.



cognitiva do pensamento marxiano viriam, ironicamente, das suas autojustificações teóricas.

Tome-se, por exemplo, duas passagens onde Marx pensa o seu ponto de vista: uma retirada do famoso “Prefácio” de 1859 e outra da “Introdução” de 1857 de *Para a crítica da Economia Política*. Sabemos que Marx nunca foi contemporâneo do seu próprio desenvolvimento intelectual. Isto é, raras vezes Marx (e Engels) detiveram-se para apresentar os fundamentos teóricos de suas investigações. Há, possivelmente, apenas cinco momentos em toda obra onde se pode encontrar um *discurso sobre o método* de análise materialista – na Primeira Parte de *A Ideologia Alemã* (1845-1846); nas *Teses sobre Feuerbach* (1845), no referido “Prefácio”, nas anotações sobre economia, não destinadas à publicação, tomadas entre 1857 e 1858, e que vieram à luz somente em 1939 com o título *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*, das quais a “Introdução [à Crítica da Economia Política]” constitui parte, e na correspondência do último Engels (cartas a Bloch e a Schmidt (1890), a Mehring (1893) e a Starkenburg (1894), principalmente). Assim, na seção 3 da “Introdução” de 1857 (*O método da Economia Política*) aprende-se que “o método cientificamente exato” é aquele em que os elementos da economia real (a “população” para ficar no exemplo escolhido pelo Autor) não são uma abstração, mas uma “rica totalidade de determinações e relações diversas”. A realidade social, “o concreto”, numa palavra, “é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”¹⁰. Já no “Prefácio” de 1859, onde Marx conta a que conclusão seus estudos econômicos começados quinze anos antes haviam chegado, lê-se que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”¹¹.

A compreensão literal dessa última passagem (e a sua mera confrontação com a anterior) conduziu os analistas a dois erros simétricos. O primeiro consistiu em tomar o dito pelo feito. Da apresentação sintética de uma proposição geral e de uma advertência específica concluiu-se que os estudos posteriores (de Marx e dos marxistas) deveriam sempre render homenagem à “economia”, o único princípio explicativo da História. O segundo erro consistiu em tomar o feito pelo dito. Os ensaios sobre a história política da Alemanha, da Inglaterra ou da França, graças ao seu tema, sua complexidade e riqueza em detalhes, só poderiam ser entendidos como a concretização da idéia de multideterminação anunciada na “Introdução” de 1857.

Vários autores (E. P. Thompson, por exemplo) traduziram essa ambigüidade do pensamento de Marx em um impasse: haveria ou ortodoxias dispostas a repetir o modelo causal tradicional consagrado na “metáfora mecânica” da base/superestrutura ou simplesmente empirismo; nos dois casos, o que se perderia de vista seria a “dialética da dinâmica social”. Como recuperá-la, superando os raciocínios dedutivos (a partir do “modelo”) ou indutivos (a partir da “realidade”)? Resposta: “Só podemos descrever o processo social – como Marx mostrou em *O 18 Brumário – escrevendo história*”¹². Eric Hobsbawm por sua vez afirmou que “o valor principal de Marx para os historiadores”

¹⁰ K. Marx, *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, “Introdução”, p. 14, grifos meus.

¹¹ *Id.*, *ibid.*, “Prefácio”, p. 25, grifos meus. Na formulação de *A Ideologia Alemã*: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã* (I – Feuerbach). São Paulo, Hucitec, 1984, p. 37.

¹² E. P. Thompson, “As peculiaridades dos ingleses”. In: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 158, grifos meus.

residiria “em suas proposições sobre a história, *enquanto distintas* de suas proposições sobre a sociedade em geral”¹³.

Um comentador resumiu assim o problema central: quando se realiza a revisão das análises de Marx a respeito dos acontecimentos na França entre 1848 e 1851 (*As lutas de classe na França, O 18 Brumário de Luís Bonaparte*) ressalta o uso de um modelo implícito e *ad hoc* de análise política, ao lado de um modelo teórico mais ou menos explícito que enfatiza certos condicionantes estruturais. Essa tensão entre uma perspectiva que sublinha a autonomia do poder de Estado, a primazia das variáveis estritamente políticas e outra que, na linha da “ortodoxia teórica”, trata os eventos revolucionários como manifestações da inexorabilidade do processo histórico, (processo esse governado essencialmente pelas determinações das forças “materiais”), conduziria esse pensamento a uma dificuldade insolúvel. A análise política *ad hoc* – presente nos famosos textos históricos – resolveria essa contradição e evidenciaria a superioridade do Marx jornalista político sobre o teórico da sociedade¹⁴.

2. Dois princípios explicativos

Essa contraposição entre um Marx e outro deriva, na verdade, de certas dificuldades básicas.

A primeira, e mais superficial, decorre da constatação de um truísmo: a dinâmica dos eventos políticos da II República é independente, na narrativa (e, principalmente, na *explicação* oferecida n’*O 18 Brumário*), da dinâmica dos eventos econômicos. Em rigor, a crise comercial francesa só comparece como um dos elementos explicativos para o golpe de 2 de dezembro na seção VI do livro (v. *18 Br.*, p. 517-520), e ainda assim não como o mais importante. O fundamental, nessa conjuntura, é a luta política de classes, «essa indescritível e ensurdecadora confusão de fusão, revisão, prorrogação, Constituição, conspiração, coalizão, emigração, usurpação e revolução» (*18 Br.*, p. 520). Trata-se, portanto, de concentração (apenas) no argumento factual do livro.

A segunda dificuldade reside na leitura excessivamente livre de certas partes *isoladas* de *O 18 Brumário*, onde se enfatiza, de maneira unilateral e num sentido muito vago, a “autonomia da política” sem mesmo atentar para os vários sentidos de “autonomia” presentes na obra ou para a integração dessa noção e o seu significado preciso no conjunto do sistema intelectual marxiano. Penso que seja necessário separar a esse respeito três idéias complementares, mas distintas: *i*) a idéia de autonomia (relativa) *do político* (i.e., do nível jurídico-político em relação ao nível econômico); *ii*) a idéia de autonomia (relativa) *da política* (i.e., da prática política em relação à prática econômica); e *iii*) a idéia de autonomia (relativa) *do Estado* (i.e., do aparelho do Estado em relação à “sociedade civil”)¹⁵. É usual nas interpretações d’*O 18 Brumário* de Marx a fusão dessas proposições numa só ou a confusão que resulta ao se tomar uma pela outra quando se pretende enfatizar a irredutibilidade da “política” à “economia”. Trata-se, portanto, de desatenção ao argumento conceitual do livro.

A terceira dificuldade, que é uma espécie de exagero da segunda, e, portanto, mais questionável, reside na desconsideração da obra de Marx como um “sistema intelectual” que dispõe (certa ou errada, não importa) de uma “teoria do desenvolvimento histórico”¹⁶. Um sistema que certamente comporta evoluções,

¹³ Eric Hobsbawn, “O que os historiadores devem a Karl Marx?”. In: _____. *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 162, grifos meus.

¹⁴ Cf. Martin E. Spencer, “Marx on the State: The Events in France between 1848-1850”. *Theory and Society*, v. 7, Jan.-May 1979, p. 196.

¹⁵ A inspiração aqui é Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero, 1968, *passim*.

¹⁶ Perry Anderson, *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 100.



correções de rumo, torções e deslizes de sentido em certos conceitos – e mesmo a oposição entre problemáticas teóricas distintas¹⁷; mas um sistema porque conserva um princípio geral ou um “fio condutor”, para retomar aqui a expressão do “Prefácio” de 1859: a *primazia do econômico*. Essa é a primeira lição da concepção materialista da História. A segunda lição, igualmente central nessa concepção, é a separação, postulada inicialmente em *A Ideologia Alemã*, entre *essência* (a vida material) e *aparência* (a vida “espiritual”). Essa diferença foi traduzida em 1859 em termos bastante simples:

“Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material [...]”¹⁸.

Um exame mesmo pouco atencioso do “Prefácio” de *Para a Crítica da Economia Política* constatará a centralidade desses dois princípios explicativos do materialismo de Marx.

Em que sentido então se poderia aproximar a interpretação minuciosa da vida política francesa de meados do século XIX (precisamente: a análise dos acontecimentos de 24 de fevereiro de 1848 a 2 de dezembro de 1851), exposta em detalhe n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, das instruções gerais para a análise da sociedade em geral resumida, exatos sete anos depois, no “Prefácio” de 1859? O que equivale dizer: qual o peso da concepção materialista da História na análise concreta da política pelo marxismo clássico?¹⁹

Minha sugestão é que se verifique o efeito dessas duas proposições fundamentais – a “primazia do econômico” e a oposição entre “essência e aparência” – n’*O 18 Brumário* em dois níveis: sobre a sua *forma* e sobre o seu *conteúdo*. O primeiro nível – a forma de expressão – diz respeito à lógica que preside a argumentação (e não ao “estilo” da escritura, embora não seja indiferente a ele). Ela é tributária principalmente da segunda proposição. O segundo nível – o conteúdo – diz respeito à análise do processo político concreto (e não a um princípio teórico abstrato). Ela é tributária principalmente da primeira proposição.

3. Os discursos e seus tipos

Há, nessa hipótese, uma série de impedimentos bem conhecidos que deveriam travar a aproximação, a leitura e a superposição dos dois textos, em quase tudo opostos.

Recordemos aqui as interpretações mais tradicionais. Enquanto *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* é, reconhecidamente, uma análise de conjuntura destinada a explicar um evento político discreto – o golpe de um «aventureiro» (*18 Br.*, p. 439) –, o “Prefácio” de *Para a Crítica da Economia Política* é o resumo de uma teoria geral da História, onde o que conta são as transformações da estrutura social através das “épocas progressivas da formação econômica da sociedade, [isto é] os *modos de produção*”²⁰: diferença de *níveis de abstração*, em primeiro lugar.

¹⁷ Para a “evolução”, cf. István Mészáros, *Marx’s Theory of Alienation*. London, Merlin Press, 1979, capítulo VIII; para as “torções de sentido”, cf. Claude Lefort, “Marx: de uma visão de história a outra”. In: _____. *As formas da História*. Ensaios de Antropologia Política. 2ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990; para a separação das “problemáticas”, cf. Louis Althusser, *Pour Marx*. Paris, François Maspero, 1965.

¹⁸ Karl Marx, *Para a crítica da Economia Política*, *op. cit.*, “Prefácio”, p. 25-26.

¹⁹ Só conheço, da literatura especializada, um trabalho que fez essa aproximação, mas num sentido diferente do proposto aqui. Cf. Jonathan Wolff, *The 18th Brumaire and the 1859 Preface* (Pre-conference draft). Paper presented 150th Anniversary of the Publication of The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte at the Murphy Institute of Political Economy, Tulane University, New Orleans, Louisiana, USA 13th-14th April 2002.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 26, grifos meus.

Entretanto, essa separação entre um texto “teórico” (mais “abstrato”) e outro “histórico” (mais “concreto”) não é a maior dificuldade. É preciso frisar que, segundo a compreensão usual, enquanto o “Prefácio” postularia uma necessidade férrea e absoluta, conforme a ação de determinadas “leis” que permitiriam inclusive anunciar o futuro da humanidade, *O 18 Brumário* seria o mais bem acabado exemplo da atuação da contingência na História: diferença de *modelos de interpretação*, em segundo lugar.

No “Prefácio”, a base econômica não é só o fundamento das práticas políticas, ideológicas etc., mas a sua *causa*: “O modo de produção da vida material *condiciona* o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que *determina* o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”²¹. Existe aqui um postulado impossível de ignorar. Ora, nada mais distante das interpretações avançadas n’*O 18 Brumário*. É evidente para quem lê o livro que se está muito distante dessa posição “mecanicista”. As motivações das ações humanas são muito mais complexas e dificilmente podem ser reduzidas a manifestações de uma única causa fundamental. O que separava os legitimistas dos orleanistas? Certamente o fato de os primeiros representarem o capital; e os segundos, a grande propriedade fundiária. Contudo, sustenta Marx, não apenas: «Que ao mesmo tempo velhas recordações, inimizades pessoais, esperanças e temores, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio os tenham ligado à uma ou à outra casa real, quem sonharia em negá-lo?» (*18 Br.*, p. 464). Diferença de *tipos de causação*, em terceiro lugar.

Por fim, enquanto a categoria “luta de classes” é onipresente n’*O 18 Brumário*, ela não só está ausente no “Prefácio”, como é efetivamente substituída por outra – a contradição entre “as forças produtivas materiais da sociedade” e “as relações de produção existentes”²². Haveria, portanto, a partir daí, *duas variáveis independentes* no marxismo (para falar na linguagem formalizada da Ciência Política) dificilmente reconciliáveis: enquanto n’*O 18 Brumário* o princípio de análise da *evolução política* é a “luta de classes”, no “Prefácio” de 1859 a contradição na “base econômica”²³ entre forças produtivas e relações de produção parece funcionar como o modelo de explanação da *transformação histórica*. Diferença de *princípios de explicação*, em quarto lugar.

Essas são, sem dúvida, *diferenças* importantes. Mas não são incompatibilidades lógicas. Em primeiro lugar porque essas diferenças decorrem exatamente do tipo do discurso e não da natureza da explicação. E o tipo do discurso decorre, por sua vez, do propósito dos dois textos. Se um deles é o esboço de uma visão totalizante sobre a história universal, enquanto o outro abrange apenas quatro anos críticos da política francesa, então “não é surpresa que haja um repertório conceitual diferente apropriado para os dois casos”²⁴. Assim, por que não pensar que a proposição mais abstrata (“Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”) informa – em termos mais precisos, isto é, como *condição* ou como *influência* – o exame do processo histórico mais concreto? Por que não ponderar que o oposto de “contingência” (supondo que *O 18 Brumário* seja a crônica de uma eventualidade²⁵) não é “necessidade” (supondo igualmente que o “Prefácio” de 1859 seja a postulação de um percurso inevitável e pré-determinado da

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 25, grifos meus.

²² *Id.*, *ibid.*, p. 25.

²³ *Id.*, *ibid.*, p. 25.

²⁴ Jonathan Wolff, *The 18th Brumaire and the 1859 Preface*, *op. cit.*, p. 2.

²⁵ O que é difícil de sustentar, visto que «o golpe de Estado [...] foi um resultado necessário e inevitável da evolução [dos acontecimentos] anteriores» (*18 Br.*, p. 521).



História²⁶), mas possibilidades limitadas de converter interesses em práticas? Por que não dispor, sob uma hierarquia mais complexa, ao invés de contrapor, as motivações econômicas a todas as outras classes de motivações não-econômicas que determinam a ação política segundo um princípio mais exigente e mais preciso (supondo, é claro, que todo problema da causação se dê em torno de “motivos”)? Por que não pensar, enfim, que a luta de classes é inexplicável sem referência às classes, e que as classes simplesmente não existem fora das (ou anteriormente às) relações de produção? Não é propriamente um segredo que “para Marx as classes são [...] um aspecto das *relações de produção*. [...] As classes derivam da posição em que os vários grupos de indivíduos se encontram frente à propriedade privada dos meios de produção”²⁷.

4. A primazia do econômico

Mencionei acima a centralidade do “econômico” na argumentação marxiana. Mas o que se deve entender por “primazia do econômico”? E como essa prioridade dentre todas as outras vem expressa num livro cujo tema principal é, afinal de contas, uma questão política? De maneira idêntica: como se deve entender a oposição postulada entre “essência” e “aparência”? Onde (e como) se poderia encontrá-la n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*?

A “primazia do econômico” é um postulado controverso e, como lembrou Engels, de difícil verificação empírica. Ele só surge, na análise, retrospectivamente e a exposição da conexão entre a “série de acontecimentos da história do dia-a-dia” (os eventos) nem sempre permite ao observador recuar até as “causas em última instância econômicas”²⁸ – pois essas são causas que atuam “inconscientemente e involuntariamente”²⁹ (no nível, portanto, das estruturas). Logo, esse não é um princípio auto-evidente, para o analista, ou consciente, para o agente.

A segunda restrição que se deve fazer ao entendimento dessa idéia é que “o fato econômico” não é “o *único* fato determinante”. Ao referir-se precisamente a essa questão, Engels enfatizou, contra seus críticos, que o esquema explicativo do marxismo clássico aplicado à análise de “uma época histórica” deveria sempre considerar o “jogo recíproco de ações e reações” entre “o aspecto econômico” e os “demais fatores”, sendo “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em particular, um exemplo magnífico de aplicação” dessa relação complexa de causalidade. Há na verdade uma série de “condições políticas e mesmo a tradição, que perambula como um duende no cérebro dos homens”, é preciso notar, “também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua *forma*, como fator predominante”³⁰. O modelo de causalidade histórica exposto no “Prefácio” de 1859 seria portanto parcial (i.e., não representativo do pensamento completo dos autores) e essa parcialidade resultaria de sua formulação antitética: “face aos adversários, éramos forçados a

²⁶ A esse respeito v. a refutação enfática ao “etapismo” na carta de Marx a Vera Zasoulich, de março de 1881.

²⁷ Anthony Giddens, *Capitalismo e moderna teoria social*. 2ª. ed. Lisboa, Editorial Presença, 1984, p. 72, grifos meus. Raymond Aron também concorda que na famosa passagem do “Prefácio” de 1859 “nem a noção de classes nem o conceito de luta de classes aparecem aí explicitamente. No entanto, é fácil reintroduzi-los nessa concepção geral”. Para essa operação, v. *As etapas do pensamento sociológico*, op. cit., p. 140-141.

²⁸ “Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895”. In: Karl Marx, *As lutas de classe em França de 1848 a 1850*. Lisboa/Moscou, “Avante!”/Progresso, 1982, p. 189.

²⁹ Carta de F. Engels a Bloch, 21-22 set. 1890. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*, op. cit., p. 285

³⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 284-286; grifos do autor.

sublinhar este princípio primordial que eles negavam [...]”³¹ a todo custo nas narrativas tradicionais.

A interpretação de Engels e as duas teses básicas que ela contém – “sobredeterminação” e “determinação em última instância”, na linguagem althusseriana – ainda que sejam válidas para a compreensão das transformações históricas em geral, não resolvem a questão da interpretação d’*O 18 Brumário* à luz dos princípios materialistas expostos no “Prefácio”. Se a primeira idéia (baseada num “conjunto inumerável de forças que se entrecruzam”) é, de fato, a idéia-força do livro ou, por outra, o livro é a ilustração exemplar desse princípio, a segunda, baseada nas “circunstâncias econômicas”³², não integra, ou ao menos não assim, seu esquema explicativo. Para que o golpe de Estado fosse explicável, em última instância, pela “economia”, o papel que Marx atribui à «pequena crise comercial» (*18 Br.*, p. 517) de 1851 deveria ser exagerado. De fato, nem mesmo se poderia afirmar que a economia (no sentido mais trivial: como prática econômica ou como motivo econômico da ação) cumpriu um papel nas lutas entre a burguesia *no* Parlamento e a burguesia *fora do* parlamento. É o que o próprio Marx indica:

«Quando os negócios prosperavam, como era o caso ainda em princípios de 1851, a burguesia comercial enfurecia-se contra toda luta parlamentar, para que o comércio não perdesse sua intensidade. Quando os negócios diminuía, como foi constantemente o caso a partir do fim de fevereiro de 1851, ela atribuía a estagnação às lutas parlamentares e clamava pelo seu fim para permitir ao comércio retomar seu ritmo» (*18 Br.*, p. 515).

Essa “circunstância econômica” – *a crise geral do comércio* – é, na verdade, mais um dos fatores que compõe o quadro geral desse período e que conduz a burguesia francesa a abdicar de seu «poder político» em nome de seus «interesses de classe» (*18 Br.*, p. 514). Ela aprendeu no final das contas que, no curso das lutas políticas, «para salvar sua bolsa seria preciso perder a coroa» (*18 Br.*, p. 482). Examine essa passagem:

«Imagine-se agora o burguês francês: a que ponto, em meio a esse pânico comercial, seu espírito mercantil é torturado, atormentado, aturdido pelos rumores de golpes de Estado e de restauração do sufrágio universal, pela luta entre o Parlamento e o Poder Executivo, pela fronda [guerra civil] entre orleanistas e legitimistas, pelas conspirações comunistas no sul do país, pelas supostas *jacqueries* nos Departamentos de Nièvre e Cher, pela propaganda de diversos candidatos à presidência, pelas palavras de ordem inconseqüentes dos jornais, pelas ameaças dos republicanos de defender a Constituição e o sufrágio universal de armas na mão, pela pregação dos heróis emigrados *in partibus*, que anunciavam o fim do mundo no segundo domingo de maio de 1852, pense-se em tudo isso e se compreenderá que, em meio a essa indescritível e ensurdecadora confusão de fusão, revisão, prorrogação, Constituição, conspiração, coalizão, emigração, usurpação e revolução, o burguês, espumando de raiva, lança à sua república parlamentar este grito: ‘*Antes um fim com terror, do que um terror sem fim*’» (*18 Br.*, p. 519-520).

A conclusão dessa comédia contém no entanto uma lição: ainda que a “economia” não comande absolutamente o comportamento das classes, o interesse puramente político de classe submete-se, estrategicamente, ao *interesse econômico geral de classe* – o capitalismo, como regime de exploração econômica e como regime de dominação política. Nessa conjuntura precisa, a burguesia, *como classe*, “reconhece” (ainda que essa não seja uma ação nem consciente nem “racional”) que

³¹ *Id.*, *ibid.*, p. 286.

³² *Id.*, *ibid.*, p. 285.



«para manter intacto seu *poder social*, é necessário quebrar seu poder político; que o burguês particular só pode continuar a *explorar* as outras classes e a desfrutar tranqüilamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, como as outras, à mesma nulidade política» (18 Br., p. 481-482; grifos meus).

O “econômico” tem portanto de ser tomado, nesse contexto, como o princípio-base de organização da vida social que não pode ser contornado nem nunca deve ser negado.

Assim, “o econômico” não se confunde com “a economia” (no sentido de atividade econômica vulgar, como prática econômica, como *acontecimentos econômicos*) e a “primazia do econômico” refere-se ao papel determinante das *estruturas econômicas*, e não a uma relação de causação simples entre razões econômicas estritas (“motivações”) e condutas políticas empiricamente verificáveis (“ações”).

O lugar e a função que os camponeses parcelares, «a massa do povo francês» (18 Br., p. 532), ocupam na argumentação de Marx são paradigmáticos dessa idéia.

Como e porque Bonaparte (o sobrinho) pôde tornar-se o seu representante político – e, notadamente, a *forma* que essa representação assumiu: ao mesmo tempo como seu «senhor» e como seu «protetor» (18 Br., p. 533) – só são explicáveis em função das transformações nas *relações de produção capitalistas* na França entre fins do século XVIII e meados do século XIX. De maneira idêntica, a nova forma do «Estado moderno» – centralizado, «forte e absoluto» (18 Br., p. 537) – só é explicável em função da ruína progressiva da pequena propriedade, justamente a *primeira* das «*idéias napoléniennes*» (18 Br., p. 535; em francês no original) denotada por Marx.

«Depois que a primeira Revolução [1789-1799] transformara os camponeses semi-servos em livres proprietários de terra, Napoleão [o tio] consolidou e regulamentou as condições sob as quais eles podiam tranqüilamente explorar o solo da França que acabava de lhes caber e satisfazer seu desejo juvenil de propriedade. Mas o que agora provoca a ruína do camponês francês é precisamente sua pequena propriedade, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França. Essas foram exatamente *as condições materiais* que fizeram do camponês francês um pequeno proprietário e de Napoleão um imperador. Duas gerações foram suficientes para produzir esse resultado inevitável: deterioração progressiva da agricultura, endividamento progressivo do agricultor. A forma ‘napoleônica’ da propriedade, que foi no princípio do século XIX a condição para libertação e enriquecimento do campesinato francês, tornou-se, durante esse século, a lei da sua escravização e pauperização» (18 Br., p. 535, grifos meus).

Nem é preciso ler nas entrelinhas. As condições materiais de existência do pequeno proprietário, essa «*ordre matériel*» (18 Br., p. 537; em francês no original) peculiar que constitui o fundamento objetivo da sua prática política e das suas representações ideológicas, impõe a ele um isolamento embrutecedor que impede não apenas que o campesinato se constitua como classe, mas principalmente que ele se represente de forma autônoma «no Parlamento» (18 Br., p. 533). A escravização da pequena propriedade ao capital, que dela extrai, através de hipotecas, como um «vampiro», «lucros, juros e renda», e que «transformou a massa da nação francesa em trogloditas» (18 Br., p. 536), uma massa de miseráveis; os impostos que pesam sobre a pequena propriedade e «engendram uma superpopulação desocupada» cuja forma de sobrevivência são os empregos públicos (uma espécie de «esmola respeitável») que incham o Estado (18 Br., p. 537): essas são as condições que formarão o

lumpenproletariado de Paris e são esses que servirão de verdadeiro apoio ao «Bonaparte *sans phrase*» (18 Br., p. 489). Essa legitimidade política que os camponeses emprestam ao Estado bonapartista é contudo trocada por uma ilusão ideológica. A nostalgia do Império e de suas «glórias» – i.e., a consagração da propriedade da terra – projetaram diante dos camponeses franceses a miragem segundo a qual «um homem chamado Napoleão» (18 Br., p. 533) seria capaz de realizar o milagre de deter a História. Sua identificação com o segundo Bonaparte vem justamente daí: da idéia que um poder executivo forte seria o meio de preservá-los do desenvolvimento do capitalismo. Ironicamente, justo o que o II Império tratou, nos vinte anos seguintes, de assegurar.

Segundo Marx,

“O [II] Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas”³³.

Todas as contas feitas, o “bonapartismo”, enquanto realidade histórica, ou, mais exatamente, as condições materiais que tornaram seu advento possível, só são inteligíveis a partir da caracterização precisa da *estrutura econômica* da sociedade francesa – isto é, do “econômico”.

Olhado mais de perto, o “econômico” pode ser entendido, nos estudos políticos de Marx (*O 18 Brumário de Luís Bonaparte* aí incluído), não como o “contexto social” em geral – o *enquadramento* – das práticas de classe, as suas circunstâncias, o pano de fundo onde a evolução da II República se dá, mas sim como: *i*) o “interesse geral” da classe burguesa – o *ordenamento* capitalista – que deve ser garantido sempre, mesmo quando a burguesia «perdeu sua vocação para governar» (18 Br., p. 500); *ii*) a “variável” que em última instância determina – o *condicionamento*, portanto – as ações políticas, as representações ideológicas etc. dos agentes sociais; e *iii*) a “realidade última” – o *fundamento* – dos conflitos *políticos* entre as classes. Portanto, se cada facção da monarquia

«desejava impor, contra a outra, a *restauração* de sua *própria* dinastia, isto significava unicamente que cada um dos *dois grandes interesses* em que se divide a *burguesia* – propriedade fundiária e capital – procurava restaurar sua própria supremacia e subordinar o outro» (18 Br., p. 465 ; grifos do autor).

No prefácio à terceira edição alemã de 1885 de *O 18 Brumário*, Engels, sublinhando a importância do autor e da obra, advertiu:

“Fora precisamente Marx quem primeiro descobrira a *grande lei da marcha da história*, a lei segundo a qual *todas as lutas históricas* quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, *são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais*, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua *situação econômica*, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente. Essa lei – que tem para a história a mesma importância que a lei da transformação da energia tem para as ciências naturais – forneceu-lhe, aqui também, a chave para a compreensão da história da II República Francesa”³⁴.

³³ Karl Marx, *A guerra civil na França*. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d., vol. 2, p. 80.

³⁴ “Prefácio de Engels para a terceira edição alemã” [1885]. In: Karl Marx, *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Col. “Os Pensadores”, p. 327-328, grifos meus.



Descontado o pretendido cientificismo dessa proposição, o resumo acima fixa o princípio teórico que explica não somente os fenômenos políticos franceses de 1848 a 1851, mas os fenômenos políticos.

Esquemáticamente: a centralidade de toda a explanação está ancorada na noção de luta de classes e essa contradição entre as classes não deriva de uma oposição qualquer, *mas das suas “situações econômicas” respectivas* (ainda que elas possam assumir “formas” específicas: jurídicas, políticas, ideológicas, simbólicas etc.). As análises históricas de Marx não negam essa realidade, não contornam essa tese, nem propõem outro princípio teórico diante da “primazia do econômico”, *assim entendido*. *O 18 Brumário* apenas evidencia a *dissimulação* desse fato na política.

A atividade política nem sempre pode ser ligada explicitamente aos interesses econômicos: recorde-se a ação desastrosa da *Montagne* – a pequena-burguesia democrática – no 13 de junho em defesa da «Constituição» (*18 Br.*, p. 468-469). Da mesma maneira, recorde-se que os representantes dos interesses de uma classe nem sempre precisam ser idênticos a ela ou nela recrutados:

«Não se deve [...] imaginar que os representantes democratas [a *Montagne*] sejam todos *shopkeepers*, lojistas, ou simpatizantes destes últimos. Graças à sua educação e situação individual, podem ser tão diferentes uns dos outros como o dia e a noite» (*18 Br.*, p. 467).

Há aqui em ação um jogo entre essência e aparência que preside e estrutura a argumentação. Exagerando um pouco, talvez se pudesse mesmo pensar que essa dissimulação do que é e do que se vê é a possibilidade mesma da vida política.

5. Aparência e essência

A segunda proposição central da concepção materialista da História é aquela que diz respeito ao antagonismo entre *essência* e *aparência*, na linguagem excessivamente filosófica de *A Ideologia Alemã*. Ele está presente, como já se mencionou, no “Prefácio” de 1859 (“Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo” etc.) e Marx irá antecipar literalmente *essa mesma formulação* em 1852 na seção III d’*O 18 Brumário*:

«E assim como na vida privada distingue-se o que um homem pensa e diz de si mesmo daquilo que ele é e faz na realidade, convém igualmente, nas lutas históricas, distinguir ainda mais a retórica e as fantasias dos partidos, de um lado, de sua verdadeira natureza e de seus verdadeiros interesses, de outro, distinguir o que eles imaginam ser daquilo que eles realmente são» (*18 Br.*, p. 465).

Para Claude Lefort, a realização desse princípio, a diferença entre essência e aparência, decorre, quando se examina a obra, da intenção do autor e do método empregado. A intenção desmistificadora que constitui, de resto, o grande objetivo anunciado do trabalho – a comparação que o próprio Marx faz da sua explicação para o golpe de 2 de dezembro com as duas interpretações rivais (de Victor Hugo, *Napoleón, le Petit* (Londres, 1852) e de P-J. Proudhon, *La Révolution sociale démontrée par le coup d’Etat du 2 décembre* (Paris, 1852)) dá bem a medida do que se quer dizer³⁵ –, resulta no estilo adotado pelo livro e o estilo do texto, se poderia acrescentar, submete-se à lógica da argumentação, já que não é um expediente puramente formal ou literário. Encontramos assim

“em *O Dezoito Brumário* de Marx [...] a arte da desmistificação no exame das peripécias da intriga política – a arte do analista virtuoso que consegue fazer com que o palco gire para mostrar o avesso do cenário; uma mesma ironia ao

³⁵ *18 Br.*, “Avant-Propos”, 1869, p. 433.

desvelar a comédia por trás da tragédia da História; ao reduzir os supostos heróis à dimensão de sua mediocridade, ao dissolver no pântano dos interesses a mixórdia das ideologias, mostrando, simultaneamente, os sinais da inelutável gestação de um novo mundo”³⁶.

O método, por sua vez, consiste na habilidade para discernir, sob as aparências, as razões efetivas de tão «gritantes antinomias» que caracterizam essa época e desconcertam os analistas:

«constitucionalistas que conspiram abertamente contra a Constituição; revolucionários que se confessam constitucionalistas; uma Assembléia nacional que pretende ser todo-poderosa mas que permanece sempre parlamentar; uma *Montagne* que faz da resignação sua vocação e que consola-se diante de suas derrotas presentes profetizando vitórias futuras; realistas que são os *patres conscripti* da república» (*18 Br.*, p. 461).

Apesar desses disfarces caricatos, esse mundo ilusório da política (mas ao mesmo tempo “real”, pois é assim que as coisas aparecem e as coisas acontecem) não detém o empenho de Marx “em descobrir [...] o sentido das práticas nas quais as instituições e as representações se fundamentam, em captar o princípio de sua gênese”³⁷. Afinal, todos aprendemos que orleanistas e legitimistas defendiam seus interesses, o domínio da burguesia, como «partido da ordem», essencialmente um «rótulo *social* e não [meramente] *político*», como lembrou o próprio Marx (*18 Br.*, p. 465). Não seria falso concluir, a partir do exemplo dos realistas coligados, que seu fundamento último não são interesses quaisquer, mas os interesses *econômicos* de classe.

Acompanhe-se mais atentamente essa longa e bem conhecida passagem. Ela condensa e exprime ao mesmo tempo os dois princípios que quero enfatizar:

«Quando se examina a situação mais de perto, esta aparência superficial que dissimula a *luta de classes* e a fisionomia peculiar desse período [i.e., o período da «república constitucional»] desaparece [...]. Legitimistas e orleanistas constituíam [...] as duas grandes frações do partido da ordem [...]. Sob os Bourbons fora a *grande propriedade agrária* que havia reinado, com seus padres e seus lacaios, sob os Orléans fora a alta finança, a grande indústria, o grande comércio, isto é, o *capital*, com seus advogados, professores e oradores bem-falantes. [...] O que separava essas duas frações não era nenhum dos pretensos princípios, eram suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, era a velha oposição entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e a propriedade da terra. [...] Enquanto orleanistas e legitimistas, enquanto cada uma dessas frações procurava persuadir-se e persuadir seu adversário que apenas suas ligações às duas dinastias as separava, os fatos provaram mais tarde que fora principalmente seus interesses opostos que haviam impedido a união das duas dinastias» (*18 Br.*, p. 464-465, grifos do autor).

Todo comentário aqui seria supérfluo. Trata-se de uma operação analítica que implica duas reduções: as (auto)representações ideológicas são reduzidas ao seu fundamento de classe – orleanistas e legitimistas enfrentam-se «como representantes do mundo e da ordem burguesa, não como cavaleiros errantes de princesas longínquas» (*18 Br.*, p. 465); e os interesses puramente políticos são reduzidos ao seu fundamento, i.e., aos interesses especificamente econômicos.

Todavia, note que “reduzidos” não significa dissolvidos. Aqui cabem duas observações. Esse procedimento é análogo à intenção *crítica* que caracteriza a “crítica

³⁶ Claude Lefort, “A revolução enquanto princípio e enquanto indivíduo”. In: __. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

³⁷ Claude Lefort, “Releitura do *Manifesto Comunista*”. In: _____. *Pensando o político, op. cit.*, p. 179.



da Economia Política”. A “crítica da prática política”, para mantermos a similitude, é igualmente desmistificadora, ainda que a desmistificação não corrija a realidade tal como os homens a representam (simbolicamente) e a percebem (ideologicamente). Reencontramos portanto aqui o problema da eficácia própria das representações coletivas – de fato, o primeiro tema d’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

O método empregado no trabalho obriga o analista a reconhecer a influência das justificações ideológicas sobre os interesses econômicos, das representações imaginárias sobre o «mundo profano» (*18 Br.*, p. 453). Não é precisamente por essa idéia – a eficácia simbólica do político e a eficácia política do simbólico – que começa o livro? Quando os homens

«parecem empenhados em transformar-se a si mesmos e a revolucionar as coisas, em criar o absolutamente novo, é justamente nesses períodos de crise revolucionária que evocam ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, as suas palavras de ordem e vestimentas, a fim de representar a nova peça histórica sob um antigo e venerável disfarce e com essa linguagem emprestada» (*18 Br.*, p. 437-438).

A segunda observação a ser feita é menos óbvia, penso eu: é exatamente *nesse terreno ideológico* que se dão as práticas de classe. Essa é uma idéia indicada, de passagem, no próprio “Prefácio” de 1859. Recorde-se que, numa “época de revolução social”, é por meio das “*formas* jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, [das] formas ideológicas [que] os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim”³⁸.

Logo, a menos que sejamos reféns de uma fantasia objetivista, é preciso preterir a idéia, manifesta em *A Ideologia Alemã*, segundo a qual o “ideológico” é uma simples aparência passível de ser corrigida. Esse entendimento conduz, em minha opinião, a projetar sobre essa noção uma antinomia essencialista e abstrata do tipo verdadeiro-*versus*-falso. Raymond Williams sublinhou que

“a decisão de não partir ‘daquilo que os homens dizem, imaginam, concebem, nem dos homens como narrados, pensados, imaginados, concebidos’ será portanto, no máximo, um lembrete corretivo de que há outras evidências, e por vezes mais convincentes, daquilo que eles fizeram. Mas será também, em seus piores aspectos, uma fantasia objetivista: a de que todo o ‘processo de vida real’ pode ser conhecido *independentemente* da linguagem e de seus registros”³⁹.

Contra a “autonomia da política”, das suas leis exclusivas e dos seus movimentos próprios, o recurso por excelência consiste em tecer o fio que liga as instituições (políticas) e as representações (ideológicas) à realidade. O livro de Marx é o cumprimento eficiente dessa tarefa desmistificadora. Mas não se pode desconhecer a função específica de mediação das instituições políticas e das representações ideológicas – as “formas” – no processo de dominação social do capitalismo. O duende de Engels, afinal, não é apenas uma fantasmagoria. As “formas”, como Marx sugeriu, contam.



Referências:

Anthony Giddens, (1984). *Capitalismo e moderna teoria social*. 2a. ed. Lisboa, Editorial Presença.

³⁸ K. Marx, *Para a crítica da Economia Política*, op. cit., “Prefácio”, p. 25, grifos meus.

³⁹ Raymond Williams, *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 65, grifos meus.



- Bob Jessop, (1990) *State Theory: Putting Capitalist State in its Place*. Pennsylvania, The Pennsylvania University Press.
- Claude Lefort, (1990) “Marx: de uma visão de história a outra”. In: _____. *As formas da História. Ensaios de Antropologia Política*. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense,
- Claude Lefort, (1991) “A revolução enquanto princípio e enquanto indivíduo”. In: _____. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Claude Lefort, (1991). “Releitura do Manifesto Comunista”. In: _____. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- E. P. Thompson, (2001) “As peculiaridades dos ingleses”. In: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Eric Hobsbawm, (1998). “O que os historiadores devem a Karl Marx?”. In: _____. *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Friedrich Engels, (1978). “Prefácio de Engels para a terceira edição alemã” [1885]. In: Karl Marx, *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”.
- Friedrich Engels, (1982). “Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895”. In: Karl Marx, *As lutas de classe em França de 1848 a 1850*. Lisboa/Moscú, “Avante!”/Progresso.
- Friedrich Engels, (s/d). Carta de F. Engels a Bloch, 21-22 set. 1890, In: Karl Marx e Friedrich Engels, São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3.
- Friedrich Engels, (s/d). Carta de F. Engels a Schmidt, 27 out. 1890. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3
- Friedrich Engels, (s/d). Carta de F. Engels a Starkenburg, 25 jan. 1894. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 3
- István Mészáros, (1979). *Marx's Theory of Alienation*. London, Merlin Press,
- Jonathan Wolff, (2002). *The 18th Brumaire and the 1859 Preface* (Pre-conference draft). Paper presented 150th Anniversary of the Publication of The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte at the Murphy Institute of Political Economy, Tulane University, New Orleans, Louisiana, USA 13th-14th April.
- Karl Marx e Friedrich Engels, (1984). *A Ideologia Alemã* (I – Feuerbach). São Paulo, Hucitec.
- Karl Marx, (1982). *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural.
- Karl Marx, (1994). *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. tradução francesa do livro, por Maximilien Rubel.: Œuvres. Paris, Gallimard. Vol. IV, Tomo I: Politique. Bibliothèque de La Pléiade.
- Karl Marx, (s/d). *A guerra civil na França*. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 2.
- Louis Althusser, (1965). *Pour Marx*. Paris, François Maspero.
- Martin E. Spencer, (1979). “Marx on the State: The Events in France between 1848-1850”. *Theory and Society*, v. 7, Jan.-May.
- Nicos Poulantzas, (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero.
- Perry Anderson, (1976). *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Edições Afrontamento.
- Perry Anderson, (1984). *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.
- Raymond Aron, (1987). *As etapas do pensamento sociológico*. 2a. ed. São Paulo, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília.



Raymond Williams, (1979). *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.

Theda Skocpol, (1989). “El Estado regresa al primero plano: estrategias de análisis en la investigación actual”. *Zona Abierta*, n. 50, p. 71-122, enero-marzo.

Stanley Aronowitz e Peter Bratsis (eds.), (2002). *Paradigm Lost. State Theory Reconsidered*. Minneapolis, University of Minnesota Press.